



A REPRESENTAÇÃO DA HISTÓRIA E O PAPEL DOS “MUSEUS DE CIDADE” PARA MEMÓRIA E CULTURA URBANA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4161

Larissa Martins Buono, UEL

Resumo

A Nova História veio principalmente para desconstruir a historiografia positivista do fim do século XIX e início do XX em que o documento legítimo era essencialmente escrito e prova histórica por si mesmo. Aprendemos que novo seria o lugar do historiador e novo os objetos da História quanto ao dever de buscar diversas fontes de interpretação para o conhecimento histórico e manutenção das identidades e da memória, conceitos que vem estado no centro dos debates em ciências humanas. Neste contexto e apoiados na concepção de Le Goff (1984) em que todo documento é monumento por ser resultado do esforço feito pelas sociedades históricas para impor a imagem de si às sociedades futuras, este artigo buscou apresentar a função emergente e essencial da instituição do museu para a manutenção da cultura urbana discutindo a atribuição de valor à cidade pelos seus cidadãos. Apresentamos alguns dos pontos principais da inserção da cidade no museu para pensarmos em como vivemos a cidade e como os processos de construção dela não possui um lugar definido, mas movem-se no tempo e espaço permeados de heterogêneos significados que estão e disputa nos “lugares de memória” (NORA, 1993). Para isto privilegiou-se o conceito de “museu de cidade” apresentado e discutido por Ulpiano Meneses (2003).

Palavras Chave:

Memória; Identidade;
Museu de cidade;
Cultura urbana.

O presente artigo propõe algumas abordagens de pesquisa mais ampla que ainda está em discussão, mas que se referem às práticas do dinamismo urbano de Londrina na década de 1950 pelas representações imagéticas e as experiências dos cidadãos em viver em ambiente urbano. Utilizando como fonte primária parte da coleção de fotografias de Oswaldo Leite, funcionário da Prefeitura Municipal de Londrina (PML), buscamos com a pesquisa apresentar as interfaces do Bosque Mal. Cândido Rondon como espaço de sociabilidade e ainda ser “preservado” no centro da cidade de Londrina (PR).

Introdução

Nas últimas décadas do século XX com surgimento da Nova História e a enorme dilatação do campo do documento, os objetos de estudo tiveram ênfase na cultura dos povos. Este alargamento do campo do historiador possibilitou o uso das mais variadas fontes de pesquisa levando a conhecer comportamentos, valores sociais, manifestações ideológicas, identidades e memória dos sujeitos históricos. Pelos ensinamentos de Hobsbawm (2008) sabemos que a ideia de se preservar um legado histórico é uma forma de estabelecer “o sentido do passado” no tempo presente com projeções de perspectivas futuras.

Desconstruindo a historiografia positivista do fim do século XIX e início do XX em que o documento legítimo, essencialmente escrito, era prova histórica por si mesmo, Le Goff (1984) problematiza a nova concepção de documento. Esta concepção do documento ampliava-se para o além do escrito (toda cultura material) “com tudo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (1984, p. 98), lembrando que este alargamento não fere o principal

dever que é crítica ao mesmo.

A análise da herança do passado depende da escolha do historiador em usar determinado documento, cientificamente, a fim de preservar tal memória histórica. É fruto de escolhas e intenções de quem as elaboram.

Assim, o historiador deve buscar diversas fontes de interpretação para o **conhecimento histórico** e **manutenção das identidades** e da **memória**, conceitos que vem estado no centro dos debates em ciências humanas. Neste contexto, apoiados na concepção de documento/monumento de Le Goff (1984), este artigo busca apresentar a função emergente e essencial da instituição do museu para a cultura urbana e discutir a atribuição de valor à cidade pelos seus cidadãos. Para isto privilegia-se o conceito de “museu de cidade” apresentado e discutido por Ulpiano Meneses (2003).

Sem adentrar as origens europeias dos resguardos do “patrimônio” do século XVII lembremos apenas que a ideia de um museu brasileiro foi concretizada pelo aristocrata nordestino Gustavo Barroso em 1922 quando da fundação do Museu de História Nacional (MHN). Como aponta José Bittencourt (2003), aparentemente era um museu que contava a história de um país sem povo, cuja narrativa carregava uma potente ideologia, um “discurso de ordem”. No entanto, com a análise das fontes, nos Anais proferidos por Barroso, diretor do Museu, notou-se a percepção e valorização do que chamou de “vida popular” que deveriam ser conservados no MHN, local que teve o primeiro curso de museologia no Brasil. Mas, foi a partir da década de 1970-80 que esforços públicos e privados levantam a bandeira do reconhecimento de “novos” patrimônios a favor das diferentes comunidades e manutenção das suas memórias.

Assim, apresentaremos alguns dos pontos principais da inserção da

cidade no museu pelo conceito “museu de cidade”.

Memória e identidade

Memória e identidade estão em disputa. Ambos são meios de reivindicação dos espaços, dos direitos de diferentes grupos, etnias, classes sociais, de indivíduos, e das heterogeneidades dos povos negligenciados pela memória oficial das sociedades tradicionais entorno das Nações. Pierre Nora (1993) expressa a emergência dos “lugares de memória” e o anseio ao resgate de ritos que definam grupos, uma vez que explica não haver permanência das memórias individuais ou coletivas espontâneas. Por isto criar arquivos, organizar celebrações, criar museus, acervos, espaços públicos, manter festas e ritos.

À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe em que tribunal da história. (NORA, 1993, p. 15)

Entre memória e história Nora (1993, p. 09) expõe suas diferenças, enquanto “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, a história “é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais [...] uma representação do passado”. A memória é transportada pela história quando há um mediador que resguarde tais memórias para a construção de um passado histórico.

Torna-se um desafio a problematização das representações dos vestígios da memória, da cultura material, pois as percepções das realidades são diferentes das factuais subjacentes a tais percepções. Para o “museu de cidade” ou as representações da história garantidas por estes “lugares de memória” refletimos

sobre o objeto **cidade** e a **cultura urbana**. Aliás, a cultura urbana para o historiador da arte Carlo Argan é um objeto definível como arte e a partir do julgamento histórico, já que “um mesmo objeto pode ser, simultaneamente, arte e não-arte, bastando para qualificá-lo ou desqualificá-lo como arte a intencionalidade ou a atitude da consciência do artista ou, até do espectador”. (ARGAN, 1998, p. 20). Assim, a memória e o valor de uma cidade é algo que depende de toda a comunidade, assegurado pela instituição do museu que certifica identidades, atribui valor a ela.

É sabido que jamais qualquer museu ou acervo será suficiente para abarcar tudo que remeta a um povo e sua cultura. A necessidade de buscar ou formular linguagens para interação com o público entram no campo da museologia e suas funções. Antes de falarmos em preservação e manutenção de cultura urbana e a sua importância para afirmação de identidades, pensemos nas definições do que é a cidade. O conceito de cidade para Carlo Argan em “História da arte como história da cidade” (1998, p. 43) é assim definido:

Por cidade não se deve entender apenas um traçado regular dentro de um espaço, um distribuição ordenada de funções públicas e privadas, um conjunto de edifícios representativos e utilitários. [...] São espaço urbano o pórtico da basílica, o pátio e as galerias do palácio público, o interior da igreja. Também são espaço urbano os ambientes das casas particulares; e retábulo sobre o altar da igreja, a decoração do quarto de dormir ou da sala de jantar, a até o tipo de roupa e adornos com que as pessoas andam, representam seu papel na dimensão cênica da cidade. Também são espaço urbano, e não menos visual por serem mnemônico-imaginárias, as extensões da influência da cidade além de seus limites: a zona rural, de onde chegam os mantimentos para o mercado da praça, e onde o

citadino tem suas casas e suas propriedades, os bosques onde ele vai caçar, o lago ou os rios onde vai pescar; e onde os religiosos têm seus mosteiros, e os militares suas guarnições.[...].

Argan inter-relaciona os conceitos de cidade, arte e objeto. Como cidade, temos a definição apontada acima; A arte “como *coisa* à qual está relacionada um valor, que apenas o julgamento histórico pode reconhecer” (p. 02). Entende que a obra de arte determina o espaço/ cidade, “o que a produz é a necessidade, para quem vive e opera no espaço, de representar para si de uma forma autêntica ou distorcida a situação especial em que opera”. E os objetos são os fragmentos, as obras de arte que devem estar no museu para que relacionem-se entre si mediadas por um juízo histórico.

À luz de Le Goff (1988) e também grande parte da literatura sobre História Urbana, a cidade é vista como um produto humano, portanto um artefato socialmente construído. O historiador trabalha com o conceito de que todo documento é monumento sendo todo documento fruto de escolhas e intenções de quem o elaboram. A cidade sendo um bem cultural, artefato produzido pelo homem, ela tanto abriga arte como é arte por si só. Toda a esfera urbana é pensada, projetada, construída em movimento constante, sendo que o seu conjunto permeia heterogêneo significado histórico e artístico.

[...] é necessário que os historiadores da arte considerem o estudo científico de todos os fenômenos vitais da cidade como inerentes à sua disciplina, a conservação do patrimônio artístico como metodologia operacional inseparável da pesquisa científica e a intervenção no devir da cidade como tema fundamental de sua ética disciplinar. (ARGAN, 1998, p. 83)

Preservação e manutenção da cultura urbana

A ideia da cidade como arte busca que se privilegiem nos projetos urbanos a conservação da cultura urbana, haja vista a consciência de sua historicidade. (ARGAN, 1998, p.81-2). Esta consciência está ligada a noção de identidade. Por Stuart Hall, a identidade cultural é fragmentada, o que faz que as nossas identidades como sujeito se definam por um sentimento de pertencimento, ou seja, o sujeito se constitui na interação com a sociedade.

É preciso que a cidade seja apreendida pelos que nela vivem e, para tanto é preciso superar inúmeras barreiras. Contudo creio que devemos começar pela própria dimensão pedagógica da cidade, sem perder a dimensão lúdica e o alcance intelectual do trabalho a ser feito. É ali que reside o anunciado desafio para os gestores públicos da cultura: pensar os museus no cruzamento entre a história, a cultura e as representações sociais, revendo o seu lugar na pedagogia do cidadão. (SANTOS, 2003, p.23)

Em se tratando de memória e legitimação das identidades, consideramos o “museu de cidade” por Ulpiano Menezes (2003) que se caracteriza pelas mútuas funções científico-documentais, educacionais e culturais.

[...] o museu de cidade deve ser uma referência inestimável para conhecer a cidade, entendê-la (no seu passado e presente), fruí-la, discuti-la, prever seu futuro, enfim, amá-la e preocupar-se com ela e agir em consequência. (MENEZES, 2003, p. 257)

O objeto do museu de cidade é a própria cidade e seu desenvolvimento urbano, incluindo seus problemas, devendo estarem dispostos nos acervos que Ulpiano definiu por cartorial “intramuros”: composto por plantas, fotografias, depoimentos, objetos

tridimensionais e toda representação urbana levantada por pesquisas; E o operacional “extramuros”, a matéria-prima que alimenta as representações urbanas: espaços, paisagens, praças, locais de trabalho e de sociabilidade, estruturas, todas as áreas do tecido urbano socialmente apropriado.

Para isto, estratégias como a criação de políticas que problematizem os objetos nos museus devem ser constantes, também para o gerenciamento da preservação e manutenção dos documentos considerando que, a cidade, é objeto na condição de organismo vivo (em seu passado, presente e futuro). O museu de cidade é visto por Ulpiano (p. 259-263) e entendido também por nós como uma alavanca na inserção de cultura para o habitante da cidade em questão. As práticas dos habitantes dão forma ao espaço assim como dão sentido, definição e direção ao agir humano.

As discussões acerca dos significados e significações de museologia admitiram a partir de 1970 a vocação social dos museus e seu caráter interdisciplinar nos novos tipos de museus em voga, paralelamente ao modelo clássico. Segundo o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, a museologia “é designada por uma relação específica entre o homem e a realidade, caracterizada como a documentação do real pela apreensão sensível direta.” (DESVALLÉES e MAIRESSE 2013, p.63).

Para além da compreensão da cidade como artefato, as ações praticadas e representadas em seu meio (coletivas e individuais) são as que dão sentido à cidade. A cidade é, portanto, produto e vetor das relações sociais. Mas, quais espaços da cidade temos observado e vivenciado? Pensamos que o nosso olhar sobre estes espaços são os que os definem? Ou, que a não conceituação ou mero descaso também carregam um significado? Quais significados os cidadãos dão as seus espaços, como

usaram um dia, como usam e como podem vir a usar? Estas indagações retóricas são para pensarmos em como vivemos a cidade e como os processos de construção dela não possui um lugar definido, mas movem-se no tempo e espaço permeados de heterogêneos significados que estão e disputa nos “lugares de memória”. Estudar as cidades implica em conhecê-las pela experiência em viver nelas. Ao levantar os registros dos acontecimentos em Londrina, entendemos estarmos reatualizando vivências, associando-as aos conceitos como memória e identidade.

Sejam por parte de instituições públicas, associações de bairros ou iniciativas privadas, a preservação e/ou valorização de bens culturais buscam legitimizações de identidades locais.

Um exemplo de estudo privilegiado, completo e complexo do estabelecimento de identidades pelo viés do campo de cultura material é o do Benedict Anderson (2008). Ele procurou compreender o imaginário ligado à nação pelo que considerou o embrião dos nacionalismos: os sistemas amplos de cultura. Tendo estudado os países asiáticos e como as ações culturais da população - e depois ações planejadas pelas governanças foram definidoras de um nacionalismo construídas culturalmente por suportes materiais que lançaram base para uma consciência unificada.

Referências

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Tradução de Pier Luigi Cabra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BITTENCOURT, José. Cada coisa em seu lugar. Ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 8/9, n. 1, p. 151-174, 2003.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. (Org.). **Conceitos chave de museologia**. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura,

2013.

HOSBAWM, Eric. O sentido do passado.
In: _____ **Sobre História**. São Paulo:
Companhia das Letras, 2008. p. 22-33.

LE

GOFF, Jacques. Documento/monumento. **Enciclopédia Einaudi**. Vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos; CÊÇA, Guimarães. (Org.). **Livro do Seminário Internacional "Museus e cidades"**.

Rio de Janeiro: Museu de Histórico Nacional, 2003. p. 255-281.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Puc-São Paulo, (10), dez. 1993.

SANTOS, Afonso Carlos Marques. O museu na arquitetura da cidade: cultura urbana, história e representação. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos; CÊÇA, Guimarães. (Org.). **Livro do Seminário Internacional "Museus e cidades"**. Rio de Janeiro: Museu de Histórico Nacional, 2003. p. 11-24.